

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018 DA SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2018.**

---

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a prestação de contas das Metas Fiscais do Município referente ao 1º trimestre de 2018 (1º RDQ). **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** Inicialmente foi composta a Mesa com as seguintes autoridades: Jorge Federal (Vereador e Presidente desta Casa), Graça Fonseca (Secretária da audiência e Vereadora Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação), Luciano Ramos Brasileiro (Secretário Executivo da Fazenda), Maria Do Carmo (Secretária da Fazenda e Administração), Eliude (Assessora da Secretária titular da pasta). O Presidente Jorge Federal destacou o papel desta Câmara como titular do controle externo e órgão fiscalizador do Município. O Presidente concedeu a palavra à Secretária Maria do Carmo. Maria lembrou que é dever da Câmara Municipal de Olinda fiscalizar os gastos públicos. O Presidente concedeu a palavra a Luciano Brasileiro. Luciano iniciou a apresentação de slides comentando a base legal desta audiência pública, que se encontra no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Neste primeiro quadro, temos a *Despesa Total com Pessoal do Executivo. De forma contrária ao que nós fizemos na apresentação passada, em que deixamos esse quadro por último, começamos essa apresentação trazendo logo esse quadro, porque foi o quadro dentro toda a gestão das Metas Fiscais do exercício passado que trouxe uma preocupação à gestão do Professor Lupércio. No final do ano, gastamos com despesas de pessoal acima do que a lei estabelece. Fomos para o primeiro trimestre, obviamente, com o intuito de, não só cumprir o que determina a lei para esses casos, como também de não deixarmos de enveredar esforços no sentido da regularidade desse índice. Nesse período de maio de 2017 a abril de 2018, ou seja, esse indicador é anual, a nossa Receita Corrente Líquida (RCL) totalizou R\$ 540.344.370,01. Segundo o que se estabelece na LRF, no art. 22, tem-se que o limite prudencial é de 51,30% da RCL. O valor correspondente a esse limite prudencial seria de R\$ 277.196.661,81. E o limite legal, que é considerado como o limite máximo, que é de 54% da RCL, daria R\$ 291.785.959,80. Em dezembro de 2017, estávamos com uma despesa de pessoal de R\$ 288.161.382,09, ou seja, acima do limite máximo de 54%, atingindo o indicador de 54,68%. No primeiro trimestre de 2018, foi gasto um total de R\$ 275.064.222,51 que representa 50,91% da RCL, ou seja, abaixo do limite prudencial de 51,30%. Trago essa boa notícia a essa Casa Legislativa, que já nesse primeiro trimestre nós, não só cumprimos o que a legislação estabelece, que é uma redução de, no mínimo, 1/3 do excedente (1/3 de 0,68%), como também fomos mais ainda, ficando abaixo do limite prudencial, que é o limite de advertência. O próximo quadro é o de Operações de Crédito. O art. 7º da Resolução 043/2001 do Senado Federal dá ao Município a condição de fazer operações de crédito no limite de até 16% da RCL (R\$ 86.455.099,20). A prefeitura continua sem realizar nenhuma operação de crédito, por orientação do Prefeito. Ou seja, a Prefeitura Municipal de Olinda não deve a instituições financeiras. O próximo quadro é da Antecipação da Receita Orçamentária – ARO. O art. 10º da Resolução 043/2001 do Senado Federal estabelece que os Municípios podem antecipar a receita orçamentária no limite de até 7% da sua RCL (R\$37.824.105,90). Também por orientação do Professor Lupércio, nós não antecipamos nenhuma receita orçamentária. Vamos agora apresentar, nesse primeiro trimestre, o comportamento das nossas receitas, particularmente da arrecadação do Município. A previsão orçamentária anual é de R\$ 700.401.000,00. Realizamos, no primeiro trimestre, 32,55% (R\$ 227.971.799,59). Se nós olharmos de forma linear, se nós temos 3 trimestres no ano, era para que o Município tivesse realizado a arrecadação, nesse primeiro trimestre, de 33,333...% da previsão anual da receita corrente. A gente vai ver nos quadros posteriores que atingimos mais do que esses 33,333...% nas arrecadações próprias, mas, mais uma vez, nas arrecadações oriundas dos repasses dos entes estaduais e federais, houve uma frustração. E, como o Município de Olinda tem*

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

mais de 50% da sua RCL dependente do repasse do governo dos entes federais e estaduais, isso implicou de nós termos realizado um percentual a menos do que foi previsto para arrecadarmos nesse primeiro quadrimestre. O próximo quadro é o da estratificação da receita por fontes. A primeira é a fonte de arrecadação própria, que é a Receita Tributária (IPTU, ISS, IRRF, outras taxas e emolumentos). Temos no orçamento previsto R\$ 138.160.00,00 para o ano e realizamos R\$ 56.757.988,21 (41,08% do total previsto para o ano), muito acima dos 33,333...%. Contribuições (Fundo da Previdência, CIP) têm previsão anual de R\$ 39.867.000,00 e houve realização de R\$ 8.428.978,16 (21,14%). Patrimoniais (Laudêmos, Aplicações financeiras) têm previsão anual de R\$ 15.685.000,00 e houve realização de R\$ 9.417.278,74 (60,04%), isso mostra que os recursos da Prefeitura estão bem aplicados. Transferências Correntes (FPM, ICMS, IPVA, IPI, Fundos) têm previsão anual de R\$ 496.071.000,00 e houve realização de R\$ 148.921.401,02 (30,02%), essa é a maior rubrica de receitas da Prefeitura de Olinda e nós não conseguimos alcançar os 33,333...%. Outras Receitas Correntes (Multas/ Juros, Dívida Ativa, Restituições) têm previsão anual de R\$ 10.503.000,00 e houve realização de R\$ 4.246.130,59 (40,43%). Receitas de Capital (Convênios diversos) têm previsão anual de R\$ 98.996.000,00 e houve realização de R\$ 2.487.784,51 (2,51%), e aqui talvez se concentre a maior preocupação hoje da gestão do Professor Lupércio, que tem a ver com a gente conseguir solucionar uma série de problemas que têm obstaculado bastante a liberação desses recursos para o Município. A grande maioria tem a ver com bloqueios oriundos de prestação de contas não aprovadas na gestão anterior. Estamos avançando bastante. Nesse ano conseguimos regularizar com o ente estadual e hoje Olinda já tem a certidão negativa de débitos do ente estadual. Todavia, temos ainda várias restrições oriundas de prestação de contas que bloqueiam boa parte desses nossos convênios realizados principalmente com os Ministérios. Acreditamos que, ao longo desse ano, a gente consiga avançar ainda mais nessa regularização de tal sorte que Olinda possa, mais uma vez, conseguir aportar esses recursos. Todavia, pelo o que nós já conseguimos resolver em termos de pendências com esses órgãos de convênio, essas soluções ainda não se refletiram no orçamento porque, acredito eu, dada essa crise econômica e política instalada, praticamente não se tem repassado nenhum recurso novo, principalmente pelo Governo Federal. Nesse próximo quadro, a gente estratifica as Receitas Tributárias. Temos o IPTU, com previsão anual de R\$ 24.040.000,00 e houve realização de R\$ 15.594.206,67 (64,87%), houve um incremento comparado com igual período de 2017 em 20,17%. Nós acreditamos que esse incremento se deu muito pela nossa eficiência na arrecadação, mas, mais do que isso, a população de Olinda já começa a enxergar e dar uma credibilidade maior à gestão do governo do Professor Lupércio. É sabido que, quando a sociedade se vê contemplada, principalmente nos itens de assistência às necessidades básicas da sociedade como segurança, educação e saúde, ela volta a contribuir de forma mais espontânea com o Município. ITBI tem uma previsão anual de R\$ 4.345.000,00 e houve realização de R\$ 1.261.450,63 (29,03%), praticamente no mesmo patamar, apenas 0,59% abaixo do patamar de 2017. ISS tem uma previsão anual de R\$ 68.180.000,00 e houve realização de R\$ 20.277.805,79 (29,74%), houve um incremento comparado com igual período de 2017 em 7,92%. No próximo quadro, há a estratificação das receitas de Transferências Correntes. FPM tem previsão anual de R\$ 108.355.000,00 e houve realização de R\$ 31.285.165,38 (28,87%). ICMS tem previsão anual de R\$ 138.485.000,00 e houve realização de R\$ 39.971.879,96 (28,86%). IPVA tem previsão anual de R\$ 34.120.000,00 e houve realização de R\$ 24.991.710,01 (73,25%), esse crescimento do IPVA é normal, sempre se dá no primeiro quadrimestre dessa forma, tendo em vista o calendário de arrecadação do licenciamento de veículos automotores se realizar nos meses de fevereiro, março e abril. IPI – Exportação tem previsão anual de R\$ 430.000,00 e houve realização de R\$ 225.167,32 (52,36%), Olinda não é uma cidade que tenha indústria que produz para exportação, então a gente tem uma receita prevista tímida, mas mesmo assim tivemos uma realização para o primeiro quadrimestre até surpreendente. Fundo Especial tem previsão anual de R\$ 1.216.000,00 e houve realização de R\$ 400.759,62 (32,96%). FUNDEB tem previsão anual de R\$ 73.543.000,00 e houve realização de R\$ 25.590.142,05 (34,80%).” A vereadora Graça Fonseca perguntou ao Secretário Executivo o que viria a ser um fundo especial. **SECRETÁRIO**

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

**EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “São alguns fundos oriundos de transferência que vêm com o que a gente chama de ‘verba carimbada’, ou seja, vem para ser gasto com uma situação específica. Temos alguns exemplos como merenda escolar e outras coisas. No próximo quadro, temos Receita por Categoria Econômica. Multa e Juros de Tributos tem previsão anual de R\$ 4.400.000,00 e houve realização de R\$ 2.568.654,05 (58,38%). Indenizações e Restituições têm previsão anual de R\$ 110.000,00 e houve realização de R\$ 166.285,77 (151,17%). Dívida Ativa tem previsão anual de R\$ 5.000.000,00 e houve realização de R\$ 1.704.769,79 (34,09%). Nesse próximo quadro, serão destacados algumas Receitas por Fontes. Contribuição da Iluminação Pública - CIP tem previsão anual de R\$ 17.360.000,00 e houve realização de R\$ 4.704.694,93 (24,10%). A gente já tem uma reunião marcada com o pessoal do financeiro da Celpe para que eles apresentem um extrato desses recebimentos, tendo em vista que eles são o agente arrecadador e é estranho como nós arrecadamos menos em relação ao ano passado, eu falo até como morador de Olinda. Eu não vi redução na minha conta de energia e acredito que isso tenha acontecido no Município como um todo. A gente recebeu em média 10-14% menos do que nós recebemos em igual período no ano passado. Temos agora a Receita Patrimonial. Aplicações Financeiras têm previsão anual de R\$ 7.910.000,00 e houve realização de R\$ 3.188.317,92 (40,31%). Total das Receitas Vinculadas (TRV) = R\$ 139.875.499,70. Agora, temos a vinculação da receita vinculada ao desenvolvimento da educação básica, que corresponde a 25% do TRV (R\$ 34.968.499,70) e já foi aplicado R\$ 31.979.816,36 (22,86%). Cabe aqui dizer que não há nenhuma irregularidade, é uma exigência que contempla todo o exercício. E sempre no primeiro quadrimestre a gente aplica menos porque é no último quadrimestre que nós temos a folha das férias dos professores e o 13º da educação. Praticamente temos três folhas a mais no mês de dezembro, o que faz com que o Município atinja sem maiores dificuldades esse índice. No próximo quadro, temos a aplicação de Receitas Vinculadas na saúde. Valor mínimo a ser aplicado é de 15% da TRV (R\$ 20.981.324,96) e foi aplicado 13,32% (R\$ 18.625.313,15). No próximo quadro, temos a Execução Orçamentária de 2018 nesse 1º quadrimestre – Todas as Fontes de Recursos. A Secretaria de Assuntos Jurídicos tem um orçamento previsto anual de R\$ 12.444.000,00 e houve um total de despesas realizadas de R\$ 4.846.166,65 (38,94%). E aí estão todas as fontes de recursos, inclusive as fontes oriundas de Receitas de Capital (Convênios que a Prefeitura firma com os entes). E dado a esse problema de nós não estarmos recebendo aquilo que nós esperamos receber desses Convênios, poderíamos destacar a Secretaria de Obras que tem um orçamento previsto anual de R\$ 123.436.000,00 e houve um total de despesas realizadas de R\$ 5.279.551,84 (4,28%). A gente até brinca com o Secretário de Obras: ‘vamos gastar, a gente tem orçamento para gastar.’ Temos orçamento para fazer estradas, melhoras os equipamentos públicos. Mas a gente brinca mesmo, porque a gente sabe da briga e da dificuldade que é transformar esses Convênios em realidade, não é por falta de esforços que a gente não está conseguindo ter um desempenho melhor nessa execução orçamentária relativa a esses Convênios. E a contribuição dessa Casa, no sentido de nos apoiar junto a esses órgãos, é mais do que fundamental. Nesse próximo quadro, temos a Execução Orçamentária da fonte de Recursos Próprios (Fonte 101). A gente vê que obra sai de 4,28% para 20,39% na sua execução orçamentária. A gente está com todas as Secretarias perto dos 33,333...%. Algumas efetivamente a gente está abaixo do que foi orçado porque a gestão do Professor Lupércio implementou, já no segundo semestre do ano passado, um programa de controle de gastos e esse programa está bastante ativo esse ano. Então, a gente está cortando todos os excedentes orçamentários, de tal sorte que a gente só tem liberado efetivamente o essencial do essencial. Inclusive, as Secretarias que têm maior orçamento como Fazenda e Administração, Educação e Esportes, Saúde e até mesmo Serviços Públicos possuem contratos que perduram o exercício inteiro e normalmente já empenham, no começo do ano, todo o contrato. Nesse próximo quadro, temos o valor dos Precatórios que Olinda paga. Eu queria lembrar uma informação que nós trouxemos no ano passado. Olinda, no ano passado, teve que firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Tribunal de Justiça do Estado por não estar cumprindo com suas obrigações referentes aos precatórios. Em 2016, se não me falha a memória, em julho ou agosto, Olinda, não

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

pagando os precatórios, passou a ficar inadimplente com o Tribunal. Os precatórios de Olinda totalizavam em aproximadamente 430 mil reais todo mês. E aí quando assumimos a gestão em janeiro de 2017, o Tribunal entrou em contato com a Procuradoria e pediu de imediato uma solução. Então, foi firmado um TAC e a gestão se comprometeu em pagar não só o precatório corrente, como 1/12 do valor deixado em aberto pela gestão passada. Isso aumentou substancialmente (quase 50%) do valor do precatório de Olinda. Então passamos o ano inteiro de 2017, ao invés de estarmos pagando os 430 mil, passamos o ano inteiro pagando R\$ 629.924,24. Inclusive, sem nos dar a condição de definir quando pagar, tendo em vista que no TAC a gente se comprometia em deixar todo dia 20 o valor na conta corrente para sequestro do Tribunal. E cumprimos com o TAC. Só que, como se já não se bastasse a penalidade à gestão atual no ano passado, nós esperávamos que, já que a gente pagou em dia todo o exercício de 2017, bem como pagamos todo o débito passado, nós esperávamos que para 2018 fosse reestabelecido o valor do precatório de Olinda (430 mil reais por mês). E por maior que tenha sido o esforço da Procuradoria em negociar com o Tribunal, eles jogaram o percentual de reajuste sobre o que a gente vinha pagando no ano passado, de tal sorte que ao invés de pagar os 430 mil com o reajuste, a gente está pagando 629 mil com o reajuste, que dá R\$ 671.870,22. Porém, eu não me conformei e provoquei, mais uma vez, a Procuradoria, dizendo o seguinte: já que não houve acordo, que o Tribunal mandasse um extrato para a gente ficar sabendo qual era o valor real dos precatórios de Olinda, porque a nossa contabilidade não tinha essa conta precatório estratificado. Então, a nossa Procuradoria oficializou ao Tribunal e o desembargador autorizou que o Tribunal fornecesse esse extrato e aí a gente teve uma surpresa até agradável. Se a gente pagar os 671 mil, como também a gente pagou os precatórios não pagos em 2016, a gente vai chegar em dezembro com os precatórios zerados. Então em 2019 Olinda não terá mais débito referente aos precatórios. No próximo quadro, nós trouxemos esse quadro duro de se mostrar a essa Casa Legislativa mais uma vez." **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: "Queria que Vossa Excelência pontuasse que, na gestão atual, de 1º de janeiro de 2017 até o dia de hoje, essa Casa não tem nenhuma dívida contraída. E que essa dívida é da gestão passada, comuniquei ao Tribunal de Contas, registrei na nossa prestação de contas e também comuniquei ao Ministério Público tanto o federal como o estadual, fizemos uma auditoria, identificamos tudo isso aí e inclusive notificamos o gestor anterior com a auditoria externa que foi feita e o Presidente da época, Marcelo Soares, falou que ele não deve nada e que quem deve à Câmara é a Prefeitura. Então, diante desse impasse que está colocado, eu sugiro até que a Prefeitura faça um pedido de informação junto a esse gestor anterior para que ele mostre essas receitas que a Câmara tem com a Prefeitura e que se faça o encontro de contas. Por esse motivo e também pelo equilíbrio fiscal da nossa gestão, fui notificado pela Secretaria da Fazenda sobre esses dados aí, mas fico impedido de tomar qualquer decisão que não seja diante de um processo judicial, porque eu não tenho como fazer um débito no duodécimo porque tenho o orçamento totalmente a ser cumprido e não foi deixado nenhum saldo financeiro do gestor anterior, inclusive nem registro contábil foi deixado, quem registrou foi a nossa gestão, através da auditoria. Então, eu acho que a gente precisa se aprofundar nesses detalhes. Esse débito que está na tabela como de 2017 não corresponde ao ano de 2017, esse débito corresponde a um acordo que foi feito da Prefeitura da gestão anterior, através de um parcelamento, que ele absorveu o débito da Câmara, sem o conhecimento desse Plenário. Eu era vereador nesse momento e não me lembro de ter aprovado esse débito da Câmara. Esse parcelamento deve ter acontecido de forma administrativa, mas, mesmo quando houve qualquer parcelamento, nunca se colocou aqui pontualmente débito da Câmara Municipal. Queria que ficasse registrado, para que a gente possa continuar essa discussão que é justa da Prefeitura, mas que ela tem que ser esclarecida junto com o gestor anterior, com a Procuradoria e talvez até de um inquérito administrativo para chamar essas pessoas, porque se ele diz que tem um saldo financeiro, chamar o Secretário da Fazenda anterior, junto com o atual, junto com o gestor anterior e as pessoas que têm a responsabilidade direta com essa dívida, porque a gestão hoje da Câmara Municipal de Olinda não tem nenhuma dívida, inclusive ela recolhe todas suas obrigações sociais antes de chegar o dia 30 de cada mês. Eu queria que fosse esclarecido isso, até por questão de justiça com os nossos funcionários

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

da Câmara, com o cuidado que eles têm de prestar contas mês a mês, inclusive no Portal da Transparência está lá toda a nossa prestação de contas. Isso aí muito me chateia porque uma Câmara Municipal não tem necessidade de ter dívida com ninguém uma vez que ela tem o orçamento preconizado no ano anterior, tem o duodécimo respeitosamente repassado pela Prefeitura e não tem como se ter nenhuma dívida, inclusive existe um Fundo Especial da Câmara que tem mais de 500 mil reais de economia, mesmo pagando todas as obrigações sociais em dia. Então não há justificativa. A justificativa do gestor anterior é que ele tem um saldo financeiro junto à Prefeitura, então isso tem que ficar comprovado diretamente, por isso que é importante que a Procuradoria, com a Secretaria, oficie esse gestor anterior para que ele apresente esses números que ele tem lá e que se abra um procedimento administrativo dentro da Prefeitura para chamar as pessoas responsáveis por esses valores que estão sendo debitados com a Câmara Municipal de Olinda. ” O Presidente concedeu a palavra ao vereador Márcio Barbosa. Márcio pediu para que fossem tomadas providências para que se esclareçam os débitos anteriores e que se preserve a imagem da Mesa atual. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Vereador Márcio Barbosa, eu falei nesse momento aqui que a Prefeitura de Olinda, através da sua Procuradoria e da Secretaria da Fazenda, tome as providências necessárias para identificar a real situação dessa dívida que está sendo posta em nome da Câmara e que seja identificado o responsável por essa dívida e que seja cobrado, porque se tivesse ficado esse valor correspondente em saldo bancário, com certeza essa Câmara cumpriria com essa obrigação e não foi deixado. Vossa Excelência sabe das contas da Câmara, tem o acompanhamento e sabe qual foi o saldo bancário que ficou nessa Casa. Eu paguei mais de 700 mil reais de direitos deixados. Economizei no ano passado, abri uma rubrica, autorizado pela Prefeitura através de decreto, para que a gente abrisse 734 mil reais de pagamento de direitos deixados. Nós não temos nenhuma dívida de direitos deixados. Eu queria pontuar isso e que o Secretário pudesse falar da verdade que estamos comentando aqui com relação a esses fatos. Hoje estamos sendo transmitidos ao vivo pelo canal do YouTube, as audiências são muito assistidas e, por dever de justiça, eu queria que ficasse pontuado essa relação da dívida da Câmara Municipal de Olinda com a Prefeitura Municipal de Olinda que essa dívida não é dessa Mesa Diretora 2017-2018 e que é da gestão anterior que, inclusive, se defende dizendo que quem deve à Câmara é a Prefeitura. ” **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Vamos explicar. Um fato novo aconteceu, de tal sorte que a gente está trazendo pela segunda vez esse quadro, em decorrência desse fato novo. Voltando um pouco ao tempo. Por conta do fechamento das contas do exercício de 2016, que ficou para a gestão do Prefeito Lupércio que assumiu no dia 1º de janeiro de 2017, eu encontrei na contabilidade a escrituração de um crédito da Prefeitura junto à Câmara Municipal de Olinda e achei estranho, não é comum você olhar num balanço um Município credor de qualquer que seja o recurso junto a sua Casa Legislativa. Nós fomos apurar efetivamente esse crédito. Na realidade, tinha lá o montante e o que compunha essa conta contábil eram duas subcontas: uma em decorrência de 5 parcelamentos (2 conclusos e 3 correntes, ainda em andamento) que a Câmara Municipal, ao tentar lá atrás parcelar um passivo previdenciário junto à Receita Federal, aproveitando um desses Refis – refinanciamentos de longo prazo que o Governo Federal promove – e não tendo tido êxito porque a legislação estabelecia que, ao se efetivar o parcelamento, as parcelas deveriam ser debitadas de uma conta corrente de repasse. De tal sorte que, a Câmara não tendo repasse direto a receber do Governo Federal, então não havia como fazer parcelamento nessa condição. E aí aproveitaram uma condição sui generis de fazer o parcelamento no CNPJ da Prefeitura e aí foi feito o parcelamento e quando dos repasses do FPM mês a mês, a parcela referente ao débito da Câmara com a Previdência era retida na transferência da parcela do FPM com a Prefeitura. Então esse valor começou a se acumular e está lá na nossa contabilidade. Em dezembro, esse débito estava no montante de R\$ 867.317,57. E a outra conta, dentro dessa rubrica de créditos que a Prefeitura tem junto à Câmara, está lá um valor que também virou um parcelamento. Estava a Câmara apresentando as GEFIP’s à Receita Federal com um valor a menor do que efetivamente pagava. E num segundo momento, quando pagava, retificava. Vou melhor explicar. Quando a gente encaminha as SEFIP’s à Receita Federal, a gente diz o seguinte: o

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

Município deve naquele mês de INSS 100 mil reais. Aí, emite a guia de 100 mil reais. Ou seja, informa primeiro e depois emite a guia e paga. A Câmara informava que devia 100, ou seja, que gerou de contribuição previdenciária para ser paga no mês. Recolhia 100, depois ia dentro do sistema da Previdência e retificava dizendo que não era 100, era 130. Por que mandavam a informação a menor? Para poder emitir a guia a menor. Ou seja, se informasse o valor total teria que pagar o valor total. E assim que nós levantamos esses fatos no ano passado, nós viemos aqui e trouxemos aqui numa audiência e apresentamos esses fatos. É fato também que o Presidente de imediato pediu para que a gente oficializasse, fizemos isso através de ofício, tivemos uma reunião com a direção financeira, com a presença do Presidente, lá na Secretaria da Fazenda. Esses números foram feitos. A presidência dessa Casa também promoveu uma auditoria, confirmou esses débitos de tal sorte que é fato que eles são devidos. Aí por que estou trazendo esses montantes pela segunda vez? Nós estamos atendendo a vários processos de fiscalização do Tribunal de Contas e num desses o Tribunal pede à Prefeitura que explique. E aí o que nós fizemos? Entramos em contato com a Receita Federal por ofício e pedimos para que a Receita explicasse por que estavam debitando esses valores no repasse do FPM para a Prefeitura. E a Receita Federal mandou para a gente os extratos e está claro lá, dentro dos parcelamentos que a Prefeitura tem, quais são aqueles parcelamentos foram feitos no CNPJ da Prefeitura, porém pertencem ao CNPJ da Câmara Municipal. E essa resposta consubstanciou a resposta que nós entregamos ao Tribunal de Contas. Provavelmente o Tribunal de Contas deverá notificar o Poder Executivo e a Casa Legislativa para que se chegue a uma solução. Então, diante desse fato novo, eu fiz questão de trazer isso, para que a gente possa ver quais seriam as alternativas. A nossa Secretária da Fazenda e da Administração está aqui presente, assumiu agora no mês de maio, já está ciente desse problema aí. O mesmo já se encontra também na nossa Procuradoria, para a gente ver que encaminhamento isso deva ser dado, porque querendo ou não, não é dinheiro da Prefeitura, isso aí é recurso que deixa de ir para a educação, para a saúde, etc. E cabe ao gestor, não só enveredar por esse lado de responsabilização dos gestores da época, mas também enveredar esforços no sentido de regularizar, de fazer com que esses recursos voltem para o cofre do Poder Executivo.”

**PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Secretário Luciano Brasileiro, eu escutei muito bem a sua fala e acho que o Tribunal de Contas, quando oficiou a Prefeitura, ela já tinha esses dados. No primeiro mês que assumi, fui fazer a visita ao senhor, e a equipe nossa, que tenho muito zelo por ela, tinha identificado já esses detalhes, mesmo sem auditoria. Foi quando procurei o senhor na Secretaria e encaminhei para o Tribunal de Contas também, para dizer como assumi alguns itens da gestão anterior, por questão até de dever. E, quando procurei o senhor, foi para dizer que essa Câmara, antes de qualquer pagamento que ela deva fazer de qualquer situação, tem que ficar esclarecido. Uma vez que nós não pudemos assumir uma responsabilidade sem sabermos da real situação, porque a Prefeitura, junto com o INSS, dá esses fatos gravíssimos, com relação à colocação de um valor na SEFIP, se paga e logo após se corrige num valor maior.”

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Veja bem, a SEFIP é a informação. Para que se emita a guia se realize o pagamento, primeiro se informa. Então, eu só emito uma guia de 100, se eu informar que devo 100 de contribuição previdenciária. Então, vamos supor que eu não tenha 100 para pagar, então eu informo que devo 70. Aí eu emito uma guia de 70 e pago 70. Depois eu entro e retifico a SEFIP, dizendo que não era 70, era 100.”

**PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Então, isso aí é uma questão administrativa, de um erro administrativo que tem que ser investigado, que agora, nesse caso, a nossa gestão não tem a capacidade de investigar porque são fatos anteriores e tem que se chamar todas as pessoas responsáveis por essas informações e tomarem depoimento. Não tem o que se fazer. Ou é o Ministério Público Federal, porque são recolhimentos da Previdência. Agora, eu ainda torno a dizer: do primeiro dia que assumimos essa Casa até hoje, nós não temos um centavo de dívida com ninguém. Isso aí tem que ficar esclarecido e resolvido. Espero que a senhora, Secretária, que também é conhecedora do direito, como também meu nobre professor, como também doutora Graça aqui, todos aqui estamos pelo menos reconhecendo a gravidade dos fatos. Isso é muito importante para a gente. Mas com esses fatos, quem é que está sendo prejudicado

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

hoje diretamente? A Prefeitura, então ela tem que representar imediatamente para que seja esclarecido. Esse dinheiro tem que estar em algum lugar, já que ele fez parte do orçamento. Todo ônus de uma nomeação é correspondente a uma obrigação. Se ele corresponde a uma obrigação, então aquele dinheiro tem que estar disponibilizado. Se ele não está disponibilizado, é porque houve uma conduta nesse objeto, que é o pagamento da obrigação social e descumpriu-se. Podia até ter se descumprido num mês, mas que fosse corrigido num primeiro momento. Mas não de forma cotidiana, se assim for identificado, eu não tive acesso aos autos, mas eu acho que isso é muito grave. Eu acho que a Prefeitura tem que realmente representar para que isso fique esclarecido. Eu queria até pedir, Secretário, que nas próximas prestações de contas de quadrimestre viesse intitulado o débito realmente que existe nas escrituras contábeis, como na nossa que fizemos agora em 2017, prestamos contas agora em março ao Tribunal, fizemos os registros, mas que tivessem notas explicativas da situação. Porque se não houver a nota explicativa, é como se a Câmara estivesse com o débito diretamente vinculado a essa gestão, como os senhores têm débitos vinculados da gestão anterior que os senhores estão se defendendo. A gente também precisa dessa defesa. É importante que também se esclareçam os motivos de existência do débito e que a gestão 2017-2018 da Câmara Municipal de Olinda tem conhecimento desses débitos, inclusive registrou na sua contabilidade, porque senão fica como se a Câmara Municipal de Olinda tivesse uma dívida da gestão atual. Não, essa dívida é da gestão anterior, inclusive com conivência do gestor municipal da época da dívida. O gestor municipal que fez o parcelamento deu o CNPJ da Prefeitura para pagamento de dívida da Câmara Municipal. Então, eu acho que a gente precisa pontuar nesse sentido. Qualquer órgão público do país não tem mais transparência do que essa Casa Legislativa e não tem mais cumplicidade com os deveres e obrigações tanto patronais como obrigações administrativas, com os funcionários, com licitação, com tudo que é necessário ao serviço público. Eu acho que a Câmara precisa que a Prefeitura seja enérgica com o esclarecimento desses fatos, que no próximo quadrimestre que vier mostrar, tenha as notas explicativas com relação a esses fatos." **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** "Com relação a essas notas, a gente pode até esclarecer melhor, mas está bem discriminado. O primeiro débito, que é esse R\$ 1.249.529,95 refere-se a descontos por diferença entre as SEFIP's e o valor recolhido pela Câmara Municipal à Receita Federal, referente às competências: 13º de 2015; os meses de maio, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro; e o 13º de 2016. Foram nesses períodos aí em que o valor informado através das SEFIP's foram uns e os valores arrecadados foram outros. O segundo débito é de R\$ 867.317,57 que são os valores pagos pela Prefeitura de Olinda até setembro de 2017; e outubro até dezembro de 2017 os R\$ 110.327,78 de parcelas dos 3 parcelamentos restantes feitos no CNPJ da Prefeitura nesse Refis. Tudo isso foi feito na gestão anterior. Novembro de 2013 foi quando começou a se pagar a primeira parcela do parcelamento. E esse parcelamento ainda está ativo." **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Esses pagamentos que a Prefeitura está pagando de débitos referentes a parcelamentos, a Prefeitura não está fazendo de forma voluntária não. Pelo que eu vejo, é uma forma impositiva que, no acordo de parcelamento, necessitava de uma conta vinculada mês a mês e o FPM é uma delas. Então está sendo debitado do FPM da Prefeitura todos os parcelamentos da gestão anterior do Prefeito Renildo, que devem ter ocorrido no ano de 2013, referente a débitos anteriores da Prefeitura Municipal de Olinda bem como da Câmara Municipal de Olinda. Foi feito num CNPJ só e aí contraindo-se a dívida para a Prefeitura." **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** "Agora nesse primeiro quadrimestre, nós temos mais quatro parcelas pagas, através das retenções do FPM, pela Prefeitura referentes a esses débitos previdenciários. Foram cinco parcelamentos: 2 dos 5 já foram pagos. Nós só temos 3 ativos e a primeira parcela foi em novembro de 2013." **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Então houve uma aceitação do Prefeito da época do parcelamento em ceder o CNPJ da Prefeitura para que fosse parcelado os débitos da Câmara também. É isso?" **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** "É isso. Agora isso talvez não fosse nem irregular, desde que houvesse entre as duas Casas um convênio em que a Casa Legislativa autorizasse a retenção também no repasse do duodécimo no valor da referida parcela.

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

porque não houve.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Agora com relação àquelas retenções ali (referentes ao valor de R\$ 1.249.529,95) é aquela questão das SEFIP’s. É uma responsabilidade direta e objetiva da Câmara, que ali não houve nenhum parcelamento.” **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Não houve parcelamento, mas a Receita Federal foi no FPM e reteve todo o valor.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Com autorização?” **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Não houve autorização.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Porque o FPM é repassado ao Município, então ela vai lá e resolve qualquer débito que tiver.” **SECRETÁRIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO (MARIA DO CARMO)**: Por imposição legal, assim que os entes contraem esse parcelamento especial, essas parcelas são retidas já do FPM, de maneira conveniada. Isso é um assunto delicado juridicamente. Os Municípios têm esse problema, assim como as Câmaras Municipais porque é uma briga realmente judicial e sem esse acerto, já que foi contrato inclusive pela gestão anterior e os débitos também são referentes a outras gestões, tanto do Executivo como do Legislativo, nós ficamos realmente numa situação delicada, pois o Município, assim como a Câmara precisa de ter suas certidões de regularidade renovadas e, com esse parcelamento em curso, traria enormes prejuízos caso a gente não consiga essas certidões de regularidade fiscal. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Secretário, esse valor R\$ 1.249.529,95 foi retido de uma vez?” **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Não. Era retido por competência. Exemplo: 13º de 2015, em 2016 se informou a SEFIP e se pagou esse período de competência. Aí digamos que 2, 3 meses depois a Receita Federal viu essa divergência entre o valor declarado e o valor efetivamente recolhido. Aí no repasse seguinte do FPM, reteve o valor e assim sucessivamente. Então provavelmente a gente vai encontrar por exemplo: em agosto de 2016, a retenção da diferença de maio de 2016.” O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça falou que os números da prestação de contas em geral eram mais animadores com relação ao relatório anterior, parabenizando a gestão atual pelo esforço realizado. Ela projetou um aumento maior com relação à arrecadação do ISS em função do Shopping Patteo Olinda. Ela comentou que era necessário que a Câmara tomasse conhecimento das dificuldades com a liberação de convênios para que a Casa Legislativa pudesse ajudar nesse destravamento. Criticou as respostas da Secretaria de Obras aos ofícios solicitados pela vereadora referentes a pedidos de realizações de serviços públicos, como o calçamento de ruas. Lamentou que as emendas parlamentares hoje são usadas como moedas de troca política e afirmou que esses recursos estão sendo tirados de outras áreas como as de saúde e educação. Finalizou colocando-se à disposição no sentido de se realizar um trabalho conjunto. O Presidente Jorge Federal iniciou suas colocações finais parabenizando o esforço do governo em baixar o percentual que estava fora do limite prudencial no quadrimestre anterior. O Presidente destacou que a CIP reagiu de forma negativa nesse quadrimestre. Ele comentou que os orçamentos da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo eram parecidos e que isso não se justificaria pelo fato de que esta é mais importante, para a população, do que aquela. A vereadora Graça Fonseca lembrou que a responsabilidade pela aprovação dos orçamentos é da Câmara através das leis orçamentárias, salientando a possibilidade do vereador de propor emendas a essas leis. A vereadora criticou os baixos valores dos orçamentos da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento e da Secretaria de Patrimônio e Cultura, alegando que Olinda necessita manter o título de patrimônio histórico. O Presidente Jorge Federal observou que a diferença entre o orçamento anual (todas as fontes de recursos) e o orçamento anual (recursos próprios) da Secretaria de Patrimônio e Cultura resultava no valor arrecadado pelo carnaval de Olinda em 2018. O Presidente falou que deve haver uma responsabilidade maior na confecção dos orçamentos por parte do Poder Executivo. Com relação à Secretaria de Obras, o Presidente contou que a Câmara fez um documento direcionado à Caixa Econômica e ao Ministério de Planejamento e das Cidades e que obteve a resposta de que existem pendências de obras que precisam ser regularizadas, em alguns convênios com Caixa Econômica, para que o Município continue a utilizar as verbas de recursos dos ministérios. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Na obra do Fragoso, existe uma contrapartida do Município, que é da estaca 0 à



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

estaca 58 com relação ao canal do Fragoso, com mais duas lagoas de contenção, que também é contrapartida do Município. A gente pediu uma mudança de rubrica para contemplar a desassoreação do canal do Fragoso e nos responderam dizendo que não poderiam fazer nenhum aporte aqui no Município. São dois convênios do Fragoso que estão impossibilitados por conta de não execução do contrato realizado. Então a Secretaria de Obras fica realmente prejudicada. Na questão dos recursos próprios da Secretaria de Obras, a gente vê que ela gastou 20,39% do orçamento e o esperado é em torno de 33%. A gente fica questionando qual é o motivo, se não tem projeto, se não tem demanda e o que é que a gente poderia estar fazendo com esses recursos próprios que ainda têm disponibilizados. Um outro ponto que eu estava observando aqui é com relação a esse percentual do ICMS e do FPM. Eu acho que é preocupante para a gente, com tanta renúncia de receita que o Governo Federal está querendo fazer para resolver o problema da Petrobrás, e os impostos que eles estão mexendo incidem no FPM, tanto a CID como o PIS COFINS. Então é uma alerta que a gente tem que ver. Está faltando em torno de 5% para chegar aos 33%. Eu não sei se ele vai ter a capacidade de complementar em meses vindouros com essa renúncia de receitas. Espero que sim." O Presidente Jorge Federal disse que estava satisfeito com o trabalho realizado pela Secretaria da Fazenda e Administração. Falou que o equilíbrio fiscal da Prefeitura estava se consolidando. Reforçou a ideia de que, quanto aos fatos demonstrados com relação à Câmara Municipal de Olinda, a Prefeitura deve tomar as atitudes cabíveis, junto aos órgãos de controle, para que os fatos sejam esclarecidos e que as decisões sejam tomadas dentro do princípio da legalidade. O Presidente concedeu a palavra à Secretária Maria do Carmo. Maria agradeceu a todos e colocou-se à disposição para o que for preciso. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: "Acho que ainda posso tirar algumas dívidas do que foi colocado aqui. Com relação até a apresentação anterior, se falou aqui sobre a farmácia básica e da questão dos estoques de medicamentos. Foram feitos dois TAS na gestão passada com o Ministério Público no sentido da Prefeitura voltar a cumprir com sua contrapartida na aquisição dos medicamentos da farmácia básica. O primeiro e o segundo TAS não foram cumpridos, o segundo foi de meados de 2016. Então, quando nós chegamos em 2017, estávamos diante de ter que transferir todos os recursos não executados para aquisição de medicamentos da farmácia básica. Então fizemos um novo TAS e desde 2017 a Prefeitura vem honrando todo mês com um mês de recurso da farmácia básica mais 15 dias de recurso da farmácia básica não pago nos exercícios anteriores. Com relação ao orçamento e à realização orçamentária da Secretaria de Patrimônio e Cultura, essa Secretaria tem convênio, agora mesmo a gente fez a recuperação do equipamento do Mercado Eufrásio Barbosa, fizemos também das bicas e tudo isso com recurso de convênios (fonte 102) que está lá no orçamento da Cultura. E o restante é fonte 108, que obviamente o grande evento é o carnaval. Nós não pagamos o carnaval todo porque a gente está falando aí do primeiro quadrimestre. O outro ponto é o Turismo, que também tem um pouco da fonte 108, por isso deu a diferença pequena, são algumas ações pontuais no carnaval. Com relação à questão do orçamento, é o que a vereadora Graça Fonseca colocou, é uma questão efetivamente orçamentária. O orçamento é um grande instrumento de gestão e pode e deve ser aperfeiçoado ano a ano. Eu também sou olindense, amo a minha cidade e tenho orgulho de dizer que Olinda é o berço da humanidade, foi a primeira capital brasileira da cultura e tem um patrimônio histórico riquíssimo. Eu acho que a gente precisa olhar, inclusive para o meio ambiente, com mais benevolência." O Secretário Luciano agradeceu a receptividade da Câmara e a atenção de todos. O Presidente concedeu a palavra à senhora Eliude. Ela agradeceu pela atenção dos presentes. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

  
JORGE FEDERAL - Presidente

  
GRAÇA FONSECA - Secretária